



Terça-Feira, 24 de Junho de 2025

Empresa interessada em instalar PCHs no rio Cuiabá é investigada pelo MP do Distrito Federal

PCHs no Rio Cuiabá

A Gazeta Pablo Rodrigo

A empresa Meta Serviços e Projetos Ltda, que atua conjuntamente com a Maturati Participações S.A., para tentar construir Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no rio Cuiabá, é investigada em um suposto esquema de desvio de dinheiro público a partir de emendas parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

O representante da empresa, Fernando Aparecido Campos Caldeira, foi um dos alvos da Operação Alta Conexão, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que ocorreu em novembro passado. O suposto esquema, segundo o MP de Brasília, teria a participação de empreiteiros e de funcionários públicos da CLDF, do Governo do Distrito Federal (GDF) e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

A Meta estaria no rol de empresas que participaram do esquema e que desviaram milhões dos cofres públicos do DF. As emendas parlamentares eram direcionadas para empresas específicas, contratadas pelo governo.

Segundo as investigações, um dos acordos teriam ocorrido em 2016, quando a Novacap contratou as empresas Construteq Construções, Terraplanagens e Comércio de Equipamentos Eireli, para plantio de grama em diversas regiões da capital federal, além da Meta Serviços e Projetos Ltda. para pavimentação asfáltica.

Meta Serviços e Maturati

A Meta Serviços solicitou conjuntamente com a Maturati, o pedido de autorização na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para obter a Outorga de Autorização para a PCH Perudá Montante, tendo êxito no pedido. A PCH Perudá é uma das 6 que a Maturati ingressou com pedido de estudo de licença ambiental na secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

Além da Perudá, também pretendem construir as PCHs Guapira II, Tratambé I, Tratambé II, Angatu I e Angatu II. Em fevereiro deste ano, a Meta pagou a renovação da apólice da PCH Perdurá Montante no valor de R\$ 895.6 mil. Atualmente a SEMA analisa os 6 pedidos através de um grupo multidisciplinar criado no

mês passado e tem até um ano para decidir se acata ou não o pedido para contratação de PCHs no rio Cuiabá.